

"Você pode ver um homem consertando uma bicicleta... na rua, perto da minha casa", diz Yu Pei, um chinês de 10 anos, sobre sua foto. "A foto mostra uma possibilidade de trabalho bastante comum".

DESTAQUE

2

PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA: MITO E REALIDADE

Mito: Participação infantil significa escolher uma criança para representar as perspectivas e opiniões das crianças em um fórum de adultos.

Realidade: As crianças não compõem um grupo homogêneo, e não se pode esperar que uma única criança represente os interesses de seus pares de diferentes idades, raças, etnias e gênero. As crianças precisam de fóruns próprios, nos quais possam construir habilidades, identificar suas prioridades, comunicar-se à sua própria maneira e aprender com seus pares. Desse modo, as crianças terão melhores condições de escolher por si mesmas quem deve representar seus interesses e de que maneira gostariam de apresentar suas opiniões.

Mito: Participação infantil significa que os adultos devem transferir todo seu poder para crianças que não estão prontas para usá-lo.

Realidade: Participação **não** significa que os adultos simplesmente entreguem todo poder de decisão às crianças. A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) é clara quando afirma que se deve dar mais responsabilidades às crianças – de acordo com suas "capacidades em evolução" ao longo de seu desenvolvimento. Em muitos casos, os adultos ainda tomam a decisão final baseada no "melhor interesse" da criança – porém, tendo em mente a CDC, essa decisão deve ser tomada levando em conta as opiniões da criança. À medida que crescem, os pais podem dar-lhes mais responsabilidade nas tomadas de decisão que as afetam – mesmo aquelas que possam ser controversas, como questões de custódia após um divórcio.

Mito: Crianças devem ser crianças, não devem ser forçadas a assumir responsabilidades que devem ser de adultos.

Realidade: Certamente é preciso permitir que as crianças sejam crianças, recebendo toda a proteção necessária para assegurar seu desenvolvimento saudável. E nenhuma criança deve ser forçada a assumir responsabilidades para as quais não esteja pronta. Entretanto, o desenvolvimento saudável da criança depende também de lhe ser permitido envolver-se com o mundo que a cerca, tomar decisões mais independentes e assumir maior responsabilidade à medida que se torna mais capaz. Crianças que encontram barreiras para sua participação podem tornar-se frustradas e até mesmo apáticas; jovens de 18 anos de idade sem experiências de participação estarão insuficientemente preparados para lidar com as responsabilidades da cidadania democrática.

Mito: Participação infantil é simplesmente uma tapeação. Algumas crianças, geralmente pertencentes a um grupo de elite, são escolhidas para falar a adultos poderosos, que continuam ignorando o que essas crianças disseram, mas reivindicam créditos por tê-las 'ouvido'.

Realidade: A participação infantil já provou ser muito eficaz em diversas instâncias. Em vez de criar um sistema ineficaz, compete a todos nós imaginar formas significativas de participação da criança que tragam benefícios a elas e, em contrapartida, à sociedade como um todo.



Mito: Na realidade, a participação infantil envolve apenas adolescentes que, de qualquer modo, já estão no limiar da idade adulta.

Realidade: É mais provável que a face pública e política da participação da criança seja a de um adolescente, e não a de uma criança de seis anos de idade. Entretanto, é essencial consultar crianças de todas as idades sobre as questões que as afetam. Isso significa participação dentro das escolas e das famílias, sempre que decisões sobre temas pertinentes estejam em discussão. Em qualquer idade, as crianças são mais capazes do que rotineiramente se acredita que sejam – e normalmente crescerão diante dos desafios apresentados, se os adultos apoiarem seus esforços.

Mito: Nenhum país no mundo consulta crianças sobre todas as questões que as afetam, e provavelmente nenhum país o fará tão cedo.

Realidade: Em parte, essa afirmação é verdadeira. Entretanto, todos os países que ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança comprometeram-se a assegurar à criança direitos de participação, como, por exemplo, o direito de expressar livremente suas opiniões sobre as questões que as afetam e o direito de liberdade de pensamento, consciência, crença, associação e de realizar reuniões pacíficas. E hoje quase todos os países podem apresentar avanços significativos na implementação de sistemas e políticas que permitam que a criança exerça esses direitos.

Mito: As crianças devem ser consultadas por uma questão formal, porém suas opiniões nunca mudam nada.

Realidade: Quando as opiniões das crianças são solicitadas com sensibilidade e compreendidas de maneira sincera, freqüentemente promovem grandes modificações: podem revelar coisas que os adultos nunca teriam compreendido independentemente, podem alterar profundamente políticas ou programas, e, em alguns casos, proteger as crianças de prejuízos futuros. A consulta feita até mesmo a crianças muito pequenas pode produzir resultados notáveis. O problema é que esse tipo de consulta cuidadosa à criança continua sendo rara.

Mito: A recusa da criança a participar invalida seus direitos.

Realidade: Na verdade, a própria resistência pode ser uma parte importante da participação. Seja em uma troca de idéias em casa, na recusa em aceitar uma punição na escola, ou na atitude de alguém em relação ao envolvimento cívico na comunidade, a resistência pode sinalizar a opinião de uma criança ou de um adolescente sobre uma questão ou seu sentimento sobre os termos de seu envolvimento. Os adultos devem reconhecer a resistência como uma forma de comunicação e responder a ela por meio da compreensão, do diálogo e da negociação, e não tentando evitá-la pela força e pela persuasão. A criança não deve ser forçada a participar em nenhuma situação.